

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ICHF – DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
ANTROPOLOGIA I  
PRIMEIRO SEMESTRE/2003  
PROFESSOR: OVÍDIO DE ABREU  
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO  
CURSO: HISTÓRIA/1º SEMESTRE/NOITE

**CONTRIBUIÇÕES DO  
EVOLUCIONISMO CLÁSSICO E DO  
RELATIVISMO CULTURAL  
PARA A COSTRUÇÃO DA NOSSA MODERNA  
POLÍTICA EXTERNA  
APLICADA ÀS SOCIEDADES SEM ESTADO**

AULA INAUGURAL  
DO CURSO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE  
DO POVO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO BRASIL

Professor Séverino José da Silva  
(Rio de Janeiro, outubro de 2217)

Camaradas estudantes;

Recebi com muita alegria o convite do Comitê Central do Conselho Popular de Administração desta Universidade para dar, digamos assim, o pontapé inicial neste curso de Antropologia que agora se inicia. Não sei se já sou digno de tamanha honra; há muitos professores infinitamente mais qualificados do que eu. Procurarei não decepcioná-los e, desde já, peço desculpas por quaisquer imprecisões que porventura se façam presentes no desenvolvimento desta aula expositiva.

Nestas aulas inaugurais, somos convidados a escolher dentre as inúmeras questões estudadas pela Antropologia, algumas que para nós tenham certa relevância. Como todos vocês já possuem noções básicas consistentes sobre o que vem a ser a Antropologia, já dadas no curso básico, não me vejo na obrigação de me ater a noções elementares; entrarei direto no tema que escolhi. Se estivéssemos em 2003, por exemplo, seríamos obrigados a explicar, antes de tudo, os objetos de estudo da Antropologia, suas questões, seus problemas, etc. Digo isto para que vocês percebam o quanto era atrasado o ensino básico no início deste milênio, e o quanto o fez avançar a nossa Revolução Socialista.

## INTRODUÇÃO

Antes de entrarmos propriamente na análise das concepções por mim escolhidas (a teoria evolucionista clássica e o relativismo cultural) sobretudo nas contradições que supostamente existiriam entre elas, faz-se necessário, também para efeitos didáticos, a apresentação da realidade objetiva sobre a qual tais teorias se depararam; ou melhor, daquela realidade já tida como realmente “real”, ou seja, consensual para todas as diversas escolas de pensamento.

Ninguém pode negar que as sociedades industriais são o resultado de sucessivas transformações operadas no curso de um longo processo histórico. Se recuarmos no tempo em busca da origem destas sociedades, tal viagem terá como ponto final as sociedades ditas “primitivas”, primeiras se assim o desejarem; por alguns chamadas de “Comunismo Primitivo”, por outros “Modo de Produção Doméstico”; enfim, sociedades não estratificadas e, conseqüentemente, sem Estado, desinteressadas na acumulação de excedentes, como diriam outros. Não se discuti, portanto, se estas sociedades “primitivas” existiram. Não se discuti, também, que

algumas destas sociedades se transformaram no seu contrário, ou seja: sociedades interessadas na produção de excedentes, estratificadas e com um aparelho de Estado consolidado. Não cabe, agora, analisarmos os fatores que provocaram tais desagregações. Elas existiram e deram fim a tais sociedades “primeiras”. Mas é fato, também, que inúmeras destas sociedades “primitivas” não experimentaram, até hoje, este processo de autodestruição provocado por contradições internas. Mantiveram-se, como dizem alguns antropólogos, “estagnadas”, embora tal termo não seja lá muito apropriado devido a forte noção de atraso que encerra. Mantiveram-se, digamos, intactas, não experimentando nenhuma modificação estrutural desestabilizadora.

Temos, pois, a grosso modo, inicialmente um conjunto de sociedades “primitivas”. Deste conjunto, uma parte se converte em sociedades estratificadas e com Estado; outra parte consegue se autoperpetuar até hoje. É sobre toda esta realidade que se defrontaram tanto o evolucionismo clássico quanto o relativismo cultural.

A meu ver, a divergência fundamental entre estas duas concepções, até hoje vigentes, reside na posição que cada uma delas toma em relação ao conceito de “progresso” e, portanto, de evolução. Para compreendermos corretamente tal discussão, precisamos descrever – com mais precisão – o contexto histórico em que ela se deu.

Últimas décadas do século XIX, primeiras décadas do XX. Como já sabemos, trata-se de uma época em que o modo de produção capitalista avançava a todo vapor, impondo-se ao mundo, seja pela diplomacia do capital ou pela guerra, transformando todo o planeta num grande mercado mundial. Não havia espaço para sociedades desinteressadas em acumular riquezas: se adaptavam, se escondiam ou eram exterminadas fisicamente pelos “civilizados”. O ocidente europeu era o centro do mundo. Ali morava o progresso da humanidade. Fora dele o atraso, a mediocridade, as sociedades SEM: SEM Estado, SEM mercado, SEM escrita, etc... Tudo o que não se assemelhasse ao ocidente europeu era atraso, ausência de progresso. O etnocentrismo europeu era o pensamento único da época. É neste contexto que se deu, inicialmente, a polêmica entre os evolucionistas e os relativistas sobre a questão do progresso e suas conclusões lógicas resultantes, segundo cada uma das concepções em luta.

## **A CONCEPÇÃO EVOLUCIONISTA CLÁSSICA**

Edward Burnett Tylor, como vocês já sabem, foi um dos fundadores da escola evolucionista clássica. Tomarei um de seus escritos mais importantes (*Primitive Culture* – 1871) como exemplo médio de “evolucionismo”, só para lembrarmos os primeiros traços gerais desta teoria sobre a qual, no decorrer da exposição, farei algumas considerações.

“(…) *a uniformidade que permeia a civilização, de forma tão ampla, deve ser atribuída, em grande parte, à ação uniforme de causas uniformes; por outro lado, seus diferentes graus devem ser considerados como estágios de desenvolvimento ou evolução, sendo cada um deles a resultante da história anterior e a pré-condição para a história futura.*”<sup>1</sup>

Temos aqui dois grandes princípios que nos servem de fios condutores para a compreensão da teoria evolucionista:

1<sup>o</sup>) A uniformidade que permeia a civilização, **de forma tão ampla**, deve ser atribuída, **em grande parte**, à ação uniforme de causas uniformes;

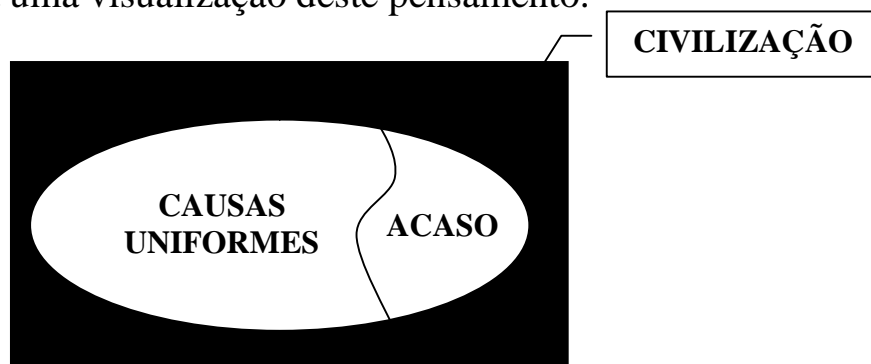
2<sup>o</sup>) Seus diferentes graus devem ser considerados como estágios de desenvolvimento ou evolução, sendo cada um deles a resultante da história anterior **e a pré-condição** para a história futura.

Quando Tylor fala de “*uniformidade que permeia a civilização*”, em hipótese alguma o faz pensando que tal uniformidade seja universal, geral, sem exceções, absoluta. A expressão “*de forma tão ampla*” nos permite supor que Tylor admitia também áreas não-uniformes, ou melhor, áreas que respondessem de forma não-uniforme a “causas uniformes”. “*De forma tão ampla*” não é o mesmo que “de forma absoluta”. “*De forma tão ampla*” acrescenta certa relatividade na afirmação inicial. A mesma lógica é usada quando, logo em seguida, Tylor atribui tal uniformidade “*em grande parte*” à ação uniforme de causas uniformes. Temos, pois, duas expressões que relativizam este primeiro princípio: “*de forma tão ampla*” e “*em grande parte*”. É certo que Tylor quando fala em “civilização”, fala do conjunto das diversas experiências humanas no planeta. Voltaremos a falar sobre isto mais adiante. Temos, portanto, um conjunto denominado “civilização”. Dentro deste conjunto, dois subconjuntos: o maior refere-se à área “*tão ampla*” caracterizada pela uniformidade; o menor, à área não-uniforme. Mas Tylor não afirma categoricamente que toda a área do subconjunto maior, aquela dominada pela uniformidade, é totalmente regulada pelas “*causas uniformes*”; pelo contrário, admiti um subconjunto regulado pela força do acaso, digamos assim, quando emprega a expressão “*em grande parte*”: “(…) *a uniformidade*

---

<sup>1</sup> Tylor; *Ciência da Cultura*, pasta 177, p. 1, § 1<sup>o</sup>.

que permeia a civilização (...) deve ser atribuída, **em grande parte** (grifo meu), à ação uniforme de causas uniformes.” O diagrama que vocês têm em mãos possibilita uma visualização deste pensamento.



- - ÁREA NÃO-UNIFORME
- - ÁREA UNIFORME

Dito de outra forma, Tylor percebe que a “a uniformidade que permeia a civilização” é o resultado tanto de causas uniformes (fator predominante) quanto do acaso.

Muitos foram os autores que equivocadamente condenaram o evolucionismo pelo crime de “mecanicismo”, atribuindo-lhe a culpa pela dolosa rigidez do esquema causa-efeito: a cada causa uniforme, uma determinada ação uniforme. Negar um certo “mecanicismo”, todavia culposo, seria impossível. Alguns dos esquemas evolucionistas já foram devidamente refutados por estudos mais recentes. Esta deficiência é perfeitamente compreensível já que, naquela época, as embrionárias ciências sociais ainda estavam na sua infância e precisavam se apoiar em algum referencial para poderem, com o tempo, andar com as próprias pernas. Tal referencial foi encontrado na Biologia. Em certo sentido, a Biologia “carregou nas costas” por um bom tempo as emergentes ciências sociais. Qualquer semelhança entre a teoria da “Evolução das Espécies” de C. Darwin e a teoria evolucionista de Tylor não é mera coincidência, apesar de Tylor, segundo Lévi-Strauss<sup>2</sup>, ter publicado sua doutrina sem ter lido a obra de Darwin. O problema aí, como sabemos, reside no fato de que as determinações da natureza dos animais e das plantas são de origem biológica; não há ação consciente, pensada previamente, digamos, daí o esquema causa

<sup>2</sup> Lévi-Strauss; pasta 177, RAÇA E HISTÓRIA, p.337, § 1º.

uniforme/ação uniforme se aplicar com relativa precisão. Não é o que se vê nas sociedades: nelas as determinações fundamentais são de ordem cultural e não de ordem biológica. A capacidade de pensar, esta atividade própria dos humanos, é a culpada pela falta de “precisão científica” das ciências sociais, cuja exatidão não ultrapassa os limites da probabilidade. Nem por isso, entretanto, deixam de merecer o estatuto de ciência, ainda que a precisão científica das previsões seja tão exata quanto o cálculo das probabilidades. Mas esta é uma outra discussão.

A despeito de suas vacilações, a teoria evolucionista encontra vasto material histórico que lhe serve de prova irrefutável para as suas ousadas conclusões. De fato, só como exemplo, é impossível negar a estreita relação entre determinados tipos de organização estatal e as necessidades sociais que tais organizações satisfizeram, tudo em função de certos imperativos naturais. Vejamos, por exemplo, a descrição de algumas características de formações econômico-sociais (Marx) ou sócio-culturais (D. Ribeiro) que existiram em épocas e lugares diferentes mas que conspiraram a favor da tese da “ação uniforme provocada por causas uniformes”. A descrição é um pouco longa mas vale à pena pois fala por si mesma.

*“Impérios Teocráticos de Regadio*

*No plano sócio-político, esta nova formação caracterizou-se pelo poderio alcançado pela organização estatal, grandemente centralizada e poderosamente integradora de todas as forças de compulsão social, o que não ensejava qualquer oposição de interesses que lhe fosse inibitória. Tal concentração de forças foi atingida pela unificação, dentro de uma mesma entidade, dos controles políticos e militares, bem como da capacidade reguladora e integradora da religião, e, ainda, pela monopolização das atividades produtivas e comerciais. Por esse motivo, em tais formações não surgem igrejas independentes, nem empresariados privatistas que se oponham ao poder central. Ao contrário, todos se unificam nele, cada qual contribuindo com elementos de integração e fortalecimento do seu domínio.*

*Armados desse poder monolítico, os Impérios Teocráticos de Regadio se capacitam a alargar as bases de sua economia interna através da ampliação portentosa dos sistemas de irrigação e de defesa contra inundações e da construção de enormes obras hidráulicas (...).*

*A base econômica dessas estruturas imperiais era a apropriação das terras cultiváveis pelo Estado teocrático e o desenvolvimento de complexos sistemas administrativos de controle da força de trabalho.*

(...)

*Este desenvolvimento organizacional fez crescer, ao lado da nobreza hereditária e dos corpos sacerdotais que originalmente se haviam incumbido destas tarefas, um vasto corpo de servidores do Estado. Seu recrutamento, que de início devia proceder-se pela seleção de talentos, tendeu, depois, a circunscrever-se ao mesmo círculo social, em virtude da atuação de dois fatores: primeiro, a necessidade imperativa de capacitação dos corpos técnico-burocráticos através da educação formal; segundo, os impulsos de defesa dos privilégios e direitos adquiridos por parte das camadas dominantes. A burocracia foi-se fazendo, assim, uma casta, pela sucessão dos filhos aos pais nos mesmos postos, mediante o adestramento seletivo e a crescente vinculação com a nobreza e com o clero, bem como pela oposição de interesses entre todos esses estratos e o conjunto da população.*

*Um outro elemento organizacional dos Impérios Teocráticos de Regadio foi a profissionalização de uma camada guerreira tornada indispensável para compensar a debilidade combativa das populações agrícolas sedentarizadas e, sobretudo, a vulnerabilidade dos sistemas de rego (grifo meu) em face de ataques externos.*

*(...) Entretanto, mesmo essas formas de apropriação e de conscrição encontravam certa justificativa social, porque não se destinavam ao enriquecimento de um senhor, mas, em grande parte, ao custeio de serviços públicos fundamentais, a cargo do poder central, como a construção e manutenção dos enormes sistemas de irrigação, de barragens e canais, da rede de transportes, da produção de instrumentos de trabalho, do comércio de matérias-primas e da guerra. O próprio luxo da camada dominante era extraído das sobras dessas apropriações e constituía a forma de ressarcimento aos nobres, sacerdotes, chefes militares e burocratas, pelos serviços que prestavam como encarregados do exercício de funções sociais explicitamente definidas como contribuições à manutenção do sistema global (grifo meu) (...).”<sup>3</sup>*

As características relatadas nos trechos acima dizem respeito, a um tempo, ao Egito do Médio Império (2070 a.C.) como também aos Maias (300 d.C.), dentre outras civilizações. Épocas e lugares distantes... São traços gerais, evidentemente, e não poderiam deixar de ser nada mais do que traços gerais. Diferenças de toda ordem são facilmente verificáveis nas duas sociedades citadas (Egito e Maia). Sobre estas diferenças, como

---

<sup>3</sup> Darcy Ribeiro, O Processo Civilizatório, 8ª edição, Vozes, pp. 99, 100 e 102.

costumes e mitos, se agarram alguns dos críticos do evolucionismo, vale dizer, diferenças que não anulam o valor explicativo dos traços gerais; pelo contrário, os reforçam na medida mesmo de sua essência: a de serem traços gerais comuns, resultado de imperativos gerais também comuns.

O segundo grande princípio da teoria evolucionista, segundo Tylor, afirma que os diferentes graus de uniformidade encontrados na civilização “*devem ser considerados como estágios de desenvolvimento ou evolução, sendo cada um deles a resultante da história anterior e a pré-condição*” (grifo meu) *para a história futura*”. Aqui temos, salvo melhor interpretação, um dos erros fundamentais do evolucionismo clássico: conceber a evolução (não vamos discutir agora se evolução é o mesmo que progresso) tão-somente como uma trajetória linear ascendente e única, uma espécie de caminho cujo percurso é inexorável a todas as sociedades humanas. Tylor falava de pré-condição para a história futura da mesma forma que os biólogos falavam das pré-condições para as transformações de certas espécies em novas espécies. Incorreu naquele velho erro sobre o qual já falamos (confundir determinações biológicas com determinações culturais, tratando-as da mesma forma); velho erro agravado sobretudo pela falta total de espaço que, neste princípio, concede à não-uniformidade e ao acaso. Qual foi, por exemplo, o estágio de desenvolvimento anterior, a “pré-condição” necessária para que o nosso país pudesse, do ponto de vista econômico, conquistar o socialismo?

[*Alguém da platéia responde:*] – O desenvolvimento gigantesco de nossas forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo brasileiro, representado pelas poderosas indústrias e pelas gigantescas empresas agroindustriais sem as quais o Estado Socialista não seria capaz de vencer as carências do nosso povo ao tempo da revolução.

[*Réplica*] – Como, então, explicar a vitória econômica da Revolução Cubana, ou da Revolução Chinesa, já que ambas não desfrutaram desta nossa pré-condição?

[*SILÊNCIO TOTAL...*]

Como se vê, esta concepção absoluta, linear, ascendente e única da evolução não serve para explicar toda a realidade. As passagens de estágios, usando a linguagem evolucionista, são bem mais complexas do que se imaginava. As modernas teorias evolutivas adotam a multilinearidade como princípio. “(...) *assim como as ciências da vida não podem passar sem um esquema da evolução biológica – o que não converte ninguém em Darwinista – assim também as ciências da sociedade e da cultu-*



*ra não podem prescindir do único esquema teórico capaz de tornar a história inteligível – e este será inevitavelmente evolutivo, ainda que não necessariamente evolucionista, de estilo Tylonista ou Spenceriano.”<sup>4</sup>*

Inegavelmente, apesar de algumas debilidades aqui apresentadas, a teoria evolucionista clássica abriu perspectivas e despertou potencialidades até hoje inesgotáveis. Que a História o diga: “(...) em todas as épocas (...) os historiadores fizeram todo o possível para não se limitar a apresentar simplesmente a sucessão, mas a conexão dos acontecimentos em sua narrativa, sobretudo, esforçaram-se para elucidar os princípios gerais da ação humana e explicar, mediante eles, os acontecimentos concretos, afirmando expressamente, ou dando por tacitamente admitida, a existência de uma filosofia da História. Se alguém negar a possibilidade de estabelecer as leis históricas desse modo, contamos com a resposta que Boswell deu a Johnson: Então, você reduz toda a História a uma espécie de almanaque”<sup>5</sup> Tylor buscava as Leis da História... Seus erros teóricos nada representam, absolutamente nada, quando comparados aos avanços que obteve e à nobreza de sua causa.

### **A CONCEPÇÃO RELATIVISTA**

A compreensão de uma teoria, ainda que não se concorde com ela, só pode ser obtida com pleno sucesso se conseguirmos fazer com que o nosso pensamento opere da mesma forma que o pensamento do autor da respectiva teoria. Precisamos “encarnar” o espírito do autor, a sua forma de perceber o mundo, para compreendermos corretamente o seu pensamento. O pecado do etnocentrismo ocidental, sobretudo, porque agressivo e imperialista, é justamente esse: não é capaz de se libertar do seu próprio espírito. Escravizado por ele, só lhe é permitido julgar as diferenças. Ao invés de compreendê-las, só pode condená-las. A duração da pena ressocializadora ou o rigor do castigo punitivo é diretamente proporcional ao tamanho das diferenças, quando não se aplica a pena capital. Continuando, tentar pensar como os relativistas é tentar compreender a teoria relativista. Para tanto, faz-se necessário um certo “aquecimento inicial”, ou melhor, uma adequação da atividade do nosso pensamento aos moldes, à lógica de pensar relativista. Em seguida, portanto, alguns “exercícios”, digo, trechos do pensamento relativista como método de “aquecimento”.

---

<sup>4</sup> Darcy Ribeiro, op. cit., p. 25.

<sup>5</sup> Tylor, op. cit., p. 2.

*“(...) a verdade de toda teoria é relativa ao sujeito (individual ou coletivo) que a enuncia (...)”<sup>6</sup>.*

*“A proposição de Protágoras enuncia: “O homem é a medida de todas as coisas – das que são enquanto são; das que não são enquanto não são.” Noutras palavras, se algo aparece para mim como tal ou qual, será tal ou qual. Se o vento parece frio para mim, que estou com febre, será frio, mesmo que pareça quente para você, caso em que será quente.”<sup>7</sup>*

*“Os mortais crêem (...) que os Deuses têm um nascimento, e roupas, vozes e corpo iguais aos seus (...) E os etíopes representam os seus Deuses platirríneos e negros, e os trácios dizem que têm olhos azuis e os cabelos vermelhos (...). Mas se os bois, os cavalos e os leões tivessem mãos e com elas pudessem desenhar e realizar obras como os homens, os cavalos desenhariam figuras de Deuses semelhantes aos cavalos, e os bois aos bois, e formariam seus corpos à imitação do próprio (...)”<sup>8</sup>*

A questão de se saber se Deus existe ou não, ou se existe ou não uma realidade objetiva e única, é, para mim, uma questão já resolvida: ela existe, é única e não precisa da nossa consciência para existir. O problema fundamental, a questão central que me parece haver aqui não é a existência ou não de uma realidade objetiva, mas o cuidado que devemos ter para não confundirmos realidade objetiva com “realidade subjetiva”, ou melhor, não tomarmos como verdade objetiva os frutos dos nossos pensamentos. Aqui reside a grande dificuldade. Continuemos.

*“Consideremos o transe balinês. Os balineses caem em estados extremos desassisados, nos quais executam toda espécie de atividades espetaculares – (...) perfurar-se com adagas, girar loucamente; (...) comer fezes (...) Os estados de transe são parte crucial de qualquer cerimônia. Em algumas, cinquenta ou sessenta pessoas podem cair em transe, uma após a outra (...) surgindo cinco minutos ou horas mais tarde na ignorância total do que fizeram e convencidos, a despeito da amnésia, de que passaram pela experiência mais extraordinária e mais profundamente satisfatória que um homem pode ter. O que se pode aprender sobre a natureza humana a partir dessa espécie de coisa e das milhares de coisas igualmente peculiares que os antropólogos descobrem, investigam e descrevem? Que os balineses são espécies peculiares de seres, marcianos*

---

<sup>6</sup> Bento Prado Júnior; O Relativismo como Contraponto; pasta 177, p. 73 - § 3º, p. 74 - § 1º.

<sup>7</sup> Bento P. Júnior; op. cit.; p.74.

<sup>8</sup> Idem, p. 78.

*dos Mares do Sul?* (grifo meu) *Que eles são iguais a nós, no fundo, mas com alguns costumes peculiares, verdadeiramente incidentais, que não nos agradam? Que eles são mais dotados inatamente ou mais instintivamente dirigidos em certas direções que outras? Ou que a natureza humana não existe e que os homens são pura e simplesmente o que a sua cultura faz deles?*” (grifo meu) <sup>9</sup>

“Grosso modo, isso sugere não existir o que chamamos de natureza humana independente da cultura. Os homens sem cultura (...) seriam monstruosidades incontroláveis, com muito poucos instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos. (...) Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens”.(grifo meu) (...) *somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas através de formas altamente peculiares de cultura: dobua-na e javanesa, Hopi e italiana, de classe alta e classe baixa, acadêmica e comercial.*”<sup>10</sup>

“O princípio do relativismo cultural (...) brevemente exposto, é o seguinte: os juízos baseiam-se na experiência, e a experiência é interpretada por cada indivíduo em termos de sua própria endoculturação.”<sup>11</sup>

Aqui entramos, finalmente, na questão sobre a existência ou não de progresso. Quem fala agora é o Séverino relativista e não o Séverino evolucionista.

É insustentável a concepção segundo a qual as sociedades ocidentais dos séculos XIX e XX, berço do evolucionismo, foram mais evoluídas, melhores, superiores, detentoras de um progresso gigantesco em todas as esferas da vida social quando comparadas às sociedades ditas primitivas. Como diz o ditado, “o pior cego é aquela que não quer ver.” Qualquer exame superficial comparativo põe abaixo qualquer tipo de progresso, qualquer evolução entre as sociedades primitivas e as ocidentais. Muito pelo contrário, o que se viu foi sobretudo uma regressão brutal, a julgar pela generalização da miséria em meio à abundância dos meios de vida; a julgar pela falta de solidariedade grupal; a julgar pela falta de tempo livre para o lazer da maioria; a julgar pelo conteúdo das relações internacionais marcadamente hipócrita, egoísta e violento; a julgar pela neces-

---

<sup>9</sup> Geertz, O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem, pasta 177, p. 48.

<sup>10</sup> Geertz, op. cit., p. 61.

<sup>11</sup> M. J. Herskovits, O problema do Relativismo Cultural, pasta 177, pp. 80, 81.

cidade cada vez mais necessária de se fortalecer um aparato especial de homens armados até os dentes para impedirem que se consumam numa luta intestina, as classes sociais com interesses antagônicos; não em defesa de toda a sociedade, como as instituições tribais, mas em defesa dos interesses de uma minoria em prejuízo da maioria da sociedade. Aqui nos deparamos com um dos argumentos fundamentais usados pelos defensores da tese do progresso: a existência do Estado.

Ver o surgimento do Estado como uma evolução, um progresso das sociedades não estratificadas é, francamente, de uma ignorância histórica sem paralelo. O Estado não é progresso, é regressão. O surgimento do Estado, este aparelho de repressão de uma ou de algumas classes dominantes sobre a maioria esmagadora da população, é a prova histórica mais evidente de que a sociedade, antes do surgimento do Estado, passou por um processo de degradação, de perda de equilíbrio e consenso comunitários de tal forma que os interesses de grupos minoritários, longe de expressarem os interesses da comunidade, pelo contrário, foram contrários à comunidade; tão contrários que só pelo uso da força potencial ou efetiva foram capazes de se impor à comunidade. Foi-se o tempo da comunhão de interesses. Este aparelho detentor do monopólio legítimo do uso da violência (Weber), defensor dos interesses dos grupos minoritários, tal é a “maravilha” a que os “progressistas” chamam de Estado. Grande evolução!...

Essa tralha chamada Estado é, do ponto de vista de Marx e Engels, e de todos os seus seguidores conseqüentes, um mal necessário. Infelizmente ainda hoje somos obrigados a admitir que ainda não nos é possível jogar fora – no lixo da história – esta máquina abominável de opressão. Como todos vocês sabem, o objetivo do socialismo é trabalhar no sentido de pôr fim às classes sociais, eliminando as diferenças entre os homens. O ódio dos anarquistas contra o Estado, do ponto de vista moral, sempre foi legítimo. Mas os anarquistas nunca compreenderam – ou nunca quiseram compreender – que o Estado não pode ser destruído enquanto a comunhão de interesses, tal como a conhecemos nas sociedades primitivas, mas num grau infinitamente superior (só neste sentido podemos falar de evolução) não for restabelecida. Por isso, como muito bem disse Engels, se não me engano, o Estado não é destruído, ... se extingue. O governo dos homens cede paulatinamente lugar à administração das coisas. A luta do socialismo é atingir o comunismo, e no comunismo não há espaço para o Estado.

Pierre Clastres, em sua “Arqueologia da Violência”<sup>12</sup> tirou conclusões demolidoras dos seus estudos sobre comunidades primitivas, sobretudo da consciência que tais comunidades tinham dos riscos, dos perigos provenientes de alterações estruturais da vida social. Salta aos olhos a sabedoria dos “nativos”; salta aos olhos a ignorância dos evolucionistas. *“Recusa da unificação, recusa do Um separado, sociedade contra o Estado. Cada comunidade primitiva quer permanecer sob o signo de sua própria Lei (auto-nomia, independência política) que exclui a mudança social (a sociedade permanecerá o que é: ser indiviso). A recusa do Estado é a recusa da exo-nomia, da Lei exterior, é simplesmente a recusa da submissão, inscrita como tal na própria estrutura da sociedade primitiva. Somente os tolos podem acreditar que, para recusar a alienação, é preciso tê-la experimentado: a recusa da alienação (econômica e política) pertence ao próprio ser desta sociedade, ela exprime seu conservantismo, sua vontade deliberada de permanecer Nós indiviso, (...) os Selvagens sabiam muito bem que qualquer alteração de sua vida social (qualquer inovação social) só poderia traduzir-se para eles na perda da liberdade.*

*O que é a sociedade primitiva? É uma multiplicidade de comunidades indivisas que obedecem a uma mesma lógica do centrífugo. Que instituição exprime e garante ao mesmo tempo a permanência desta lógica? É a guerra, como verdade das relações entre as comunidades, como principal meio sociológico de promover a força centrífuga de dispersão contra a força centrípeta de unificação. A máquina de guerra é o motor da máquina social, o ser social primitivo repousa inteiramente na guerra, a sociedade primitiva não pode subsistir sem a guerra. Quanto mais guerra houver, menos unificação haverá, e o melhor inimigo do Estado é a guerra. A sociedade primitiva é sociedade contra o Estado na medida em que é sociedade-para-a-guerra.”* Os Selvagens guerreavam contra o Estado.

O Comunismo Científico, obra inexorável do Socialismo, será evolução porque restabelecerá a igualdade entre os homens, semelhante à das comunidades primitivas... **Sem Estado, como antes, mas também sem guerra.**

O relativismo foi uma arma de crítica intelectual poderosa contra os genocídios e os etnocídios ocidentais. Toda a nossa política moderna, todo o cuidado que temos, o carinho e o respeito que nutrimos em nossas **relações internacionais** com as comunidades indígenas **fronteiri-**

---

<sup>12</sup> Pasta 177, pp. 202, 203.

**cas** é consequência dos valiosos ensinamentos que a doutrina relativista cultural nos proporcionou, sobretudo o respeito à diferença.

## **SUPOSTAS CONTRADIÇÕES**

No início desta minha exposição, descrevi resumidamente a realidade sobre a qual se depararam tanto o evolucionismo quanto o relativismo: comunidades primitivas “estagnadas” e comunidades primitivas que se transformaram no seu contrário (estratificadas, com Estado, etc.)

Se concebermos as teorias (nem todas, evidentemente) como ferramentas – e não como dogmas – úteis e necessárias para a análise das diversas aventuras humanas na Terra, seguramente não poderemos abrir mão da utilização das duas concepções aqui superficialmente apresentadas.

Que o evolucionismo clássico compreenda tal aventura como uma, todos marchando inexoravelmente pelos diversos estágios seqüencialmente ordenados e necessários, disto não há dúvidas. No entanto, acusá-lo de desrespeitador da diversidade não acho prudente e nem justo. Ora, se a aventura humana, para os evolucionistas, é uma, não há diversidade; conseqüentemente, não há desrespeito àquilo que se supõe não existir. Ademais, a teoria evolucionista traz em suas entranhas a idéia da igualdade de todos os homens. Não há diversidade porque todos os seres humanos, a despeito das diferenças culturais (nenhum evolucionista jamais as negou), são iguais. Nenhum genocida ou etnocida encontrará nas concepções evolucionistas qualquer justificativa para as suas práticas. Eliminar uma cultura ou uma etnia é impedi-las de evoluírem; não tem nada a ver com o evolucionismo.

A teoria evolucionista, a meu ver, é uma ferramenta teórica importante para o entendimento da história daquele grupo de comunidades primitivas que se converteram no seu contrário, mas não muito útil para a explicação do outro grupo que até hoje vem ganhando a luta contra o Estado. Neste caso, o relativismo parece ser a ferramenta mais apropriada. Vale dizer, por outro lado, que nenhum relativista pode negar a existência destes grupos citados, ainda que não reconheça evolução ou progresso no segundo grupo.

Existe, portanto, uma questão que precisa ser posta: porque, até hoje, nenhuma das duas concepções liquidou definitivamente a outra, mesmo em nossa época onde o predomínio de Estados Socialistas pelo

mundo afora é evidente? Acredito que a resposta reside no fato de que tanto uma quanto a outra possuem elementos que encontram apoio seguro na realidade concreta. Sem querer exagerar, mas exagerando, talvez possamos dizer que ambas se completam. Não tenho certeza...

Camaradas estudantes: sejam bem vindos ao universo das Ciências Sociais.

*FIM*

---

—

## CONCLUSÃO

À primeira vista pode parecer que o presente trabalho nada mais foi do que uma defesa dissimulada do evolucionismo, não o clássico (o primeiro) mas o moderno. Ledo engano... É e não é... ao mesmo tempo. Ao reconhecer a existência de comunidades sem Estado em 2217, reconheço, implicitamente, que nem todas as sociedades necessariamente enveredam pelo caminho da “evolução”. Ao tratar de uma política externa especialmente dirigida às sociedades “primitivas”, reconheço a autonomia completa de tais sociedades, e a defendo quando trato do relativismo. Do contrário, a aculturação seria a política do Estado Socialista Brasileiro.

A perspectiva futurista não foi construída por acaso, ou para inserir atrativos “excêntricos” ao presente trabalho. Assim o fiz para poder demarcar a diferença entre um olhar 2003, época do predomínio de formações sociais capitalistas, e um olhar de quem seguramente viverá numa época em que o capitalismo já não mais será o predominante, um olhar, portanto, socialista. Que o *a priori* aqui é de natureza evolutiva..., bem..., é impossível negar. Fé e razão não são inimigas mortais; podem também andar de mãos dadas firmemente.

É por isso que nunca vi com maus olhos o evolucionismo: ele aponta perspectivas para o futuro. Não olha para trás pensando em alguma fórmula que seja capaz de retornar as sociedades “ocidentais” para um passado idealizado, como num túnel do tempo. Olha para o futuro e recolhe do presente tudo aquilo que será útil para a construção deste futuro. Não fica lamentando e chorando pelos cantos as mazelas de sua socieda-

de, como um bêbado as traições de sua amada. Não chora, luta! Não se atola no caminho da crítica, tal como o fazem a maioria dos anarquistas, tão ferozes e inteligentes quanto ingênuos e inúteis. Propõe uma saída, mostra um caminho, demonstra a sua lógica e marcha para a frente carregando, numa das mãos, sua fé na utopia; na outra, as armas teóricas e práticas para a sua construção.

Não há evolução e progresso do ponto de vista capitalista, mas há evolução e progresso do ponto de vista do socialismo, e muito mais ainda do ponto de vista comunista, sociedade sem Estado. Quando nele chegarmos, voltaremos a estar em pé de igualdade com as sociedades primitivas ainda resistentes e vitoriosas. Será a Comunidade Humana, a um tempo diversa e una, evoluída relativamente.

*Evandro de Oliveira Machado*

*Em 29 de junho de 2003.*